
O contributo dos descobrimentos na ampliação vocabular da língua portuguesa*

Natália Pires

Escola Superior de Educação de Coimbra

Resumo:

Hoje em dia, parece bastante óbvio que toda e qualquer sociedade evolui graças aos contactos, quaisquer que sejam, que mantém com as demais sociedades. Assim, partindo deste pressuposto e de uma breve contextualização, ao longo do artigo pretende-se dar a conhecer algum do vocabulário, fruto de contactos mais ou menos prolongados entre portugueses e outros povos de além-mar, introduzido na Língua Portuguesa durante a diáspora.

Palabras chave:

Descobrimientos, contactos, línguas, ampliação, léxico.

Abstract:

Nowadays it seems pretty obvious that any given society develops thanks to whatever contacts it maintains with other societies. Therefore, bearing this in mind and contextualizing the subject, this article has the intention to bring to the surface some of the vocabulary resulting from more or less lengthened contacts between Portuguese and other people overseas. This vocabulary was introduced in the Portuguese language during the diaspora.

Key words:

(Portuguese) discoveries, contacts, languages, amplification, lexicon.

0. Introdução

No passado dia 22 de Abril de 2000, comemorou-se o quingentésimo aniversário da chegada da nau comandada por Pedro Álvares Cabral à Terra de Vera Cruz, hoje conhecida como Brasil.

No entanto, ao comemorar-se a expansão marítima portuguesa, não raras vezes se dissocia a expansão histórico-social da expansão linguística como se de apartados independentes se tratassem, esquecendo-se, por um lado, que os homens que parti-

* O artigo aqui apresentado tem por base a palestra, com o mesmo título, proferida no Centro Cultural Português do Instituto Camões em Vigo, no dia 27 de Abril de 2000, à qual foram feitas algumas alterações.

ram em busca do desconhecido usaram a sua língua para comunicar com as novas culturas e omitindo-se, por outro lado, a importância que possui o contacto entre culturas na ampliação lexical e no desenvolvimento de uma língua e, conseqüentemente, omitindo, ainda, o maior legado da expansão portuguesa herdado pelas gerações actuais: a língua.

Neste sentido, tendo por base o conhecimento implícito e/ou explícito dos movimentos migratórios da história da humanidade e das suas implicações linguísticas, seguir de perto, ainda que por breves instantes, a lusa odisseia e o tipo de contactos mantidos com os diferentes povos entre 1415 e 1542 ou, se se preferir, entre 1415 e 1974, talvez nos revele que a história social de um povo se reflecte de modo inegável na sua história linguística, pelo que esta última nunca poderá estudar-se ou analisar-se sem ter em conta a primeira, ou seja, o estudo diacrónico de uma língua terá, obrigatoriamente, em conta a história social e política dos seus falantes.

Assim, o meu objectivo é identificar quais os vocábulos que deram entrada na língua portuguesa, variante do continente europeu, durante a expansão marítima, mais especificamente entre 1415 e 1750¹, sendo fruto do contacto mais ou menos prolongado com outras civilizações, e que ainda hoje se mantêm na língua sem que o falante, na maioria dos casos, seja consciente da sua origem.

Para cumprir este, talvez, ambicioso fim, a metodologia utilizada consistiu, *grosso modo*, em, primeiramente, tomar conhecimento, através dos estudos dados à estampa, das opiniões dos investigadores que se debruçaram sobre o assunto e, posteriormente, com base nessas informações e não descurando os exemplos fornecidos, a partir de dois dicionários da Língua Portuguesa, nomeadamente o de José Pedro Machado (Machado 1991) e o de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, conhecido simplesmente como Aurélio e, por isso, referenciado sempre como (Aurélio 1999), o qual possui informação etimológica para todas as entradas, seleccionar o léxico relacionado principalmente com a fauna, a flora, os utensílios, costumes e, ainda, sempre que possível, relacionado com a antroponímia e a toponímia específicas

¹ A selecção do período a estudar poderá parecer arbitrária, todavia, corresponde, em termos históricos, a três momentos política e economicamente importantes e decisivos não só para as futuras opções político-económicas do Reino, mas também para a expansão linguística: de 1415 a 1557, ou seja, desde a conquista de Ceuta até à morte de D. João III, período que corresponde ao auge da expansão marítima, da expansão no Norte de África e da expansão económica; de 1557 a 1640, isto é, desde o período de regências durante a menoridade de D. Sebastião, incluindo o seu desaparecimento em Alcácer Quibir e a anexação com Espanha, até à restauração da independência, que corresponde ao início do declínio económico do império português; finalmente, de 1640 a 1750, ou seja, desde a restauração da independência até à morte de D. João V, período que corresponde ao esforço dos monarcas por reequilibrar economicamente a balança do Reino, apostando na colonização da Terra de Vera Cruz, onde se descobrem as minas de ouro e diamantes do Brasil e o período culmina com a chegada ao Poder de Marquês de Pombal, ministro de D. José I, que aposta, pela primeira vez, no desenvolvimento económico do Reino em detrimento das colónias.

dos locais com os quais os portugueses contactaram durante a diáspora dos séculos XV a XVIII. Finalmente, feita a selecção, confrontá-la com os exemplos fornecidos pelos autores e averiguar no dicionário etimológico de Antônio Geraldes da Cunha (Cunha 1998) qual a sua origem.

Provavelmente, não terá sido a metodologia mais adequada para abordar o tema e obter conclusões totalmente fidedignas; no entanto, em virtude da impossibilidade de consultar todos os documentos escritos da época, pois, além de alguns estarem desaparecidos ou não se encontrarem em bibliotecas portuguesas, analisar o seu vocabulário e comprovar a sua permanência actual na língua não seria uma investigação rápida de se fazer. Há que ter em conta, ainda, que muitos dos estudos, ou melhor, das descrições das novas culturas feitas pelos europeus só se verificariam no séc. XIX com o desenvolvimento do romantismo, por isso, creio ter sido a metodologia possível.

Mesmo assim, ao longo da concretização da investigação desenvolvida, da qual seguidamente se apresenta uma modesta síntese, muitas foram as dificuldades que surgiram. Por um lado, o facto de a pesquisa se ter efectuado enquanto me encontrava como leitora do Instituto Camões na Universidade da Corunha restringiu de imediato a bibliografia consultada; por outro lado, a maior parte dos estudos dados à estampa sobre o assunto não só é proveniente do Brasil, como se debruça quase exclusivamente sobre os tupinismos e africanismos aí usados, sendo parcas as referências aos vocábulos de origem oriental e árabe. No que toca aos arabismos, frequentemente é abordado conjuntamente o léxico legado durante a ocupação da Península Ibérica e aquele que entra na língua após o início da expansão marítima sem qualquer indicação do momento de entrada. Outra dificuldade, não menos importante, é o facto de o dicionário etimológico mais importante da língua portuguesa, e que foi basilar para a investigação, ser de origem brasileira e não possuir entradas para algum do vocabulário seleccionado.

À medida que, no ponto 2, for sendo apresentada a resenha da pesquisa efectuada, apresentar-se-ão, em nota de rodapé, as observações julgadas pertinentes e no final do ponto 3 da bibliografia citada.

Contudo, antes de apresentar o resumo da pesquisa parece pertinente referir, embora de modo muito sucinto, os momentos primordiais da expansão marítima portuguesa e o tipo de contactos mantidos com as populações ao longo dessa expansão para mais facilmente se entender o tipo de vocabulário importado e, também, a receptividade, ou não, dos falantes do português face às novas realidades nomeadas uma vez que, tal como nos diz Serafim da Silva Neto, “as palavras, pronunciadas por uma só pessoa, não sobrevivem. As palavras só têm história porque a colectividade as repete” (Neto 1992: 48).

1. A Diáspora

Quando, em 1385, D. João I sobe ao trono, pondo fim à primeira crise de sucessão dinástica da História de Portugal, a expansão marítima é inevitável. O novo monarca herda um reino cuja independência havia sido reconhecida em 1143 pelo Tratado de Zamora² e cujas fronteiras praticamente se definem em 1249³, e herda, ainda, não só uma nobreza que, muito embora esteja disposta a apoiá-lo, está ávida de títulos nobiliárquicos, pois não os recebe há cerca de cem anos, mas também o conflito político com o reino de Castela, criado pelo anterior monarca, D. Fernando, ao imiscuir-se na conquista do reino de Granada com o intuito desesperado de contentar a nobreza.

Deste modo, as soluções políticas da segunda dinastia encontravam-se claramente (pré)definidas: urgia contentar a nobreza e, perante as circunstâncias, a única solução viável era obter o apoio da Santa Sé no projecto de cristianização dos infiéis serracenos do Norte de África e, dado o avalo por parte de Roma, em 1415, conquista-se Ceuta.

A descoberta acidental, em 1419, do arquipélago inabitado da Madeira permitiu “dar terra” a nobres e terá suscitado a curiosidade no sentido de prosseguir a “busca” de territórios desabitados e, pela primeira vez, se redefine o já falso objectivo inicial de proselitismo. À medida que as viagens de exploração da costa ocidental de África se tornam mais frequentes, estas fazem-se, cada vez mais, aparentemente aos olhos dos restantes reinos cristãos europeus, com o intuito de difundir a Fé Cristã e, na realidade, com a finalidade de encontrar os produtos comercializados pelos árabes no Mediterrâneo ou descobrir novos produtos comercializáveis, redefinindo-se assim, desde os primeiros anos de expansão marítima, o falso objectivo proselitista. E à medida que avança a expansão, sobretudo com a subida ao trono de D. João II em 1481, o apregoado proselitismo já não consegue camuflar o objectivo comercial de chegar ao centro produtor de especiarias por mar, ou seja, à Índia, de modo a que possam comercializar-se na Europa a mais baixo preço.

Excluindo de imediato a polémica recentemente suscitada de se se deve falar de Descobertas ou Achamentos ou de Descobertas e Achamentos de acordo com o território a que se faz referência, ou seja, se se deveria falar de descobrimento no caso de um território deserto e de achamento no caso de um território povoado, por não ser pertinente para o presente estudo, entre 1419, data da descoberta do arquipélago da Madeira, e 1488, data da dobragem do Cabo das Tormentas, rebaptizado

² No Tratado de Zamora, além do reconhecimento do título de monarca a D. Afonso Henriques, define-se que a expansão territorial do novo reino apenas poderia efectuar-se em direcção a sul, sendo as fronteiras redefinidas pelo Tratado de Alcanices em 1297.

³ Data em que D. Afonso III conquistou Faro.

Cabo da Boa Esperança, os portugueses exploram unicamente o norte e a costa ocidental de África. Primeiramente, os portugueses contactam com toda a costa oriental de África e, através da expedição à Índia comandada por Vasco da Gama, com o Médio Oriente, posteriormente, ao aportarem, em 1500, na Terra de Vera Cruz, hoje Brasil, com um novo Continente e, finalmente, com o Extremo Oriente, ao chegarem à China e ao Japão, cumprindo o objectivo que norteava as expedições marítimas há cerca de um século.

Apesar de em 1542 os portugueses dominarem os dois oceanos, Atlântico e Índico, a política ocupacional determinada para os diversos territórios até essa data conquistados viria a depender exclusivamente da sua importância económica e viria a ser bastante distinta em cada região ocupada.

Economicamente, embora sejam de salientar a região da Mina e os laços político-económicos com o Reino do Congo, os produtos da costa ocidental de África oferecem pouca rentabilidade perante a importância que a Europa atribui aos produtos orientais. Assim, a política ocupacional portuguesa para o continente africano limita-se à edificação de Feitorias em locais onde se pode comercializar algum ouro ou que sejam fulcrais para o abastecimento dos navios durante as viagens ao oriente e só viria a alterar-se após a independência do Brasil (uma vez que essa independência representa, na época, a perda do grande suporte económico da metrópole) e, sobretudo, após o ultimato inglês de 1890 que obriga os portugueses a uma ocupação efectiva das possessões, que se manteve até 1974.

Apesar de os produtos africanos não se apresentarem rentáveis aos olhos dos portugueses quinhentistas, após a planificação do povoamento do Brasil e porque os senhores da terra se deparam com a falta de mão-de-obra devido à baixa densidade populacional existente em Portugal, descobre-se que a costa ocidental de África oferece um novo “produto”: essa mão-de-obra a baixo custo. Assim, as feitorias construídas tornam-se a partir de 1550 pontos nevrálgicos do tráfico de escravos, único produto que o território parecia oferecer ao mundo civilizado de então, funcionando o arquipélago de Cabo Verde como o “depósito da mercadoria” a levar para a Terra de Vera Cruz para trabalhar as terras e, acima de tudo, a comercializar com as restantes potências mundiais, nomeadamente franceses e holandeses e, mais tarde, ingleses.

O Brasil, ainda que descoberto oficialmente em 1500, só viria a conhecer um plano de colonização em 1530 e a ocupação do território só se verificaria a partir de 1532 com a chegada dos primeiros capitães donatários, chegando os jesuítas pouco tempo depois. Assim, a colonização do Brasil reveste-se de características especiais e diferentes das demais regiões e, da sua colonização, salienta-se o conflito gerado entre os capitães donatários e os jesuítas pela posse dos índios nativos.

Perante o lucro do comércio com o Oriente, a metrópole não poderia dispender de homens para a exploração do novo território, pelo que o Brasil, dividido horizontalmente em partes iguais, é entregue a Senhores da confiança do rei, D. João III, com o título de Capitães Donatários, os quais têm como obrigação, além de cultivar a terra, reconhecer anualmente território para Oeste do limite concedido. No entanto, da confiança do rei era, também, a recém criada e chegada a Portugal, em 1534, Ordem de Jesus, a quem é confiado o processo missionário das colónias.

Chegados ao novo território e autorizados pelos documentos régios, os capitães donatários obrigam os índios a trabalhar nos campos e nos engenhos de açúcar e procedem à importação da restante mão-de-obra necessária da costa ocidental de África, dando início ao tráfico de escravos. Contudo, mal os primeiros missionários jesuítas iniciam a evangelização, surge um conflito com os senhores da terra, pois os jesuítas defendem que, aos olhos de Deus, o indígena americano é diferente dos restantes povos com quem os portugueses contactam, defendem que o índio é mais passível de ser evangelizado que os demais povos e, por isso, não deverá ser escravizado, conseguindo convencer o rei da sua teoria. Assim, por interferência da Ordem de Jesus, os donatários perdem a posse sobre os índios, que passam a ser propriedade da Ordem que os educaria e, supostamente, os defenderia do trabalho duro das roças, ou seja, dos engenhos de açúcar. Perante esta situação de falta de mão-de-obra nativa para o trabalho das terras, os senhores passam a importá-la massivamente da costa ocidental de África.

Deste modo, na terra de Vera Cruz temos duas situações aparentemente distintas, mas na sua essência iguais: sob um pretexto de proselitismo que torna o índio diferente do negro aos olhos de Deus, a Ordem de Jesus escraviza os índios nas suas roças, ao passo que os senhores da terra escravizam, explicitamente, o negro africano.

No plano económico e até ao século XVIII, altura em que se descobrem as minas de ouro e diamantes, a importância do Brasil resume-se quase exclusivamente à produção de açúcar, suplantando, dada a sua extensão territorial e as suas condições climáticas, os índices produtivos do arquipélago da Madeira.

Apenas o Oriente, dada a sua importância económica, é alvo de uma forte ocupação territorial que só terminaria no dia 1 de Janeiro de 2000 com a entrega, à China, de Macau, o último reduto de colonização portuguesa no Oriente se se exceptuar a crítica situação de Timor, território abandonado em 1974 sem plano de autonomia algum.

Em 1498, Vasco da Gama concretiza, finalmente, o sonho de D. João II, que não pôde viver tempo suficiente para o ver, e chega a Calecut, principal porto pimenteiro da costa do Malabar dominado pelos muçulmanos. Até 1505, não se efectua

uma presença política permanente e as armadas permanecem ao longo da costa do Malabar, utilizando como base os portos aliados de Cananor e, sobretudo, Cochim. No entanto, as hostilidades, acentuadas depois da viagem de Pedro Álvares Cabral em 1501, e a violência existentes entre muçulmanos e portugueses saldaram-se pelo estabelecimento da talassocracia portuguesa no Índico, cuja materialização e desenvolvimento se deve, especialmente, às opções políticas dos dois primeiros vice-reis nomeados, D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque que governam a região entre 1505/1509 e 1509/1515, respectivamente.

O primeiro, D. Francisco de Almeida, orienta a sua política no sentido de criar entrepostos comerciais fortes capazes de concorrer com os criados pelos muçulmanos. O segundo, Afonso de Albuquerque, baseia a sua política ocupacional na conquista de cidades importantes para o comércio, estendendo o poderio português desde o Golfo Pérsico, com a conquista de Ormuz, até ao Sueste asiático, Índia e Extremo Oriente, surgindo os primeiros contactos, a partir de Malaca, com as Molucas, Java, Siam e China. Por outro lado, Afonso de Albuquerque procura enraizar a presença portuguesa mediante uma política de casamentos mistos, com ampla liberdade religiosa e aligeirando a carga fiscal que tradicionalmente pesava sobre as populações.

Em 1515, está, *grosso modo*, configurado o domínio português do oceano Índico que viria a perdurar até ao século XVII, altura em que, sobretudo, os holandeses ocupam alguns territórios na região.

O Oriente oferece para comércio, além das especiarias sobejamente conhecidas na Europa, produtos de grande relevância como as drogas, ou seja, ervas medicinais, as madeiras preciosas, os têxteis de algodão fabricados na Índia, os cavalos árabes e persas, o ouro e o marfim da costa oriental da África e, aos poucos, tornam-se também importantes as sedas e porcelanas da China e do Japão.

Na realidade, a máxima de que a diáspora portuguesa dá “Novos Mundos ao Mundo” cumpre-se a partir de 1434 com a dobragem do Cabo Bojador por Gil Eanes visto que se infirmam todas as teorias greco-latinas e medievais que defendiam que o mundo acabava na região sub-saariana e que para além desta região só poderiam existir monstros vorazes, dragões de fogo preparados para engolir quem tivesse coragem de acercar-se às suas paragens e no caso de existir uma vida mais parecida com a humana, seriam antípodas ou antropóides que, ao contrário dos homens do mundo conhecido, andariam com as mãos e teriam as pernas para cima, um só olho ...

Os sucessivos contactos com populações desconhecidas da restante Europa, nomeadamente com a África negra e, mais tarde, com os índios sul-americanos, anunciavam ao velho continente a existência de sociedades (muito embora o termo socie-

dade só possa ser aplicável a partir do século XIX) com hábitos diferentes e com realidades quotidianas também elas diferentes, surgindo, desse modo, descrições pormenorizadas das civilizações, como é o exemplo da descrição do índio brasileiro presente na *Carta de Achamento do Brasil* de Pero Vaz de Caminha, dando-se início a um primeiro experiencialismo, ou melhor, ao “ver claramente visto” em palavras de Camões.

Se a máxima se confirma com os contactos com as novas culturas, também em termos linguísticos ela se verificaria uma vez que com a diáspora houve necessidade de nomear novas realidades desconhecidas até ao momento no velho continente, principalmente, realidades relacionadas com a fauna, a flora, os hábitos e costumes autóctones e se “a evolução linguística está intimamente ligada à evolução histórico-social: a rapidez ou a lentidão das transformações depende da estrutura da sociedade” (Neto 1992: 30), então, o tipo de contacto mantido entre os portugueses e as populações terá determinado o tipo de importação lexical versificada.

2. A Ampliação Vocabular

Toda e qualquer colectivo humano em qualquer momento da sua evolução histórica necessita contactar com outra sociedade para defender as fronteiras do seu território, para comercializar produtos, para se aliar contra um inimigo comum ou pelo simples facto de ser inerente ao ser humano a necessidade de partilhar experiências adquiridas, sendo possível descortinar um sem número de motivos que obrigam ao contacto entre culturas.

O contacto social, enquadrado em quaisquer situações de comunicação, supõe um contacto linguístico que, na realidade, é condicionado e determinado pelas situações de comunicação que motivam tal contacto social, ou seja, o contexto social determina o tipo de relação mantida entre as culturas em contacto que, por sua vez, determina o tipo de mutações linguísticas que poderão advir desses contactos. Por exemplo, do facto de dois povos necessitarem manter contactos económicos pode resultar uma relação de supremacia em que o mais forte domina o mais fraco, podendo, ou não, o povo dominado adquirir estruturas linguísticas do dominador, sendo o mais frequente a aquisição dessas estruturas⁴.

Por outro lado, os contactos linguísticos, dependendo dos contextos sociais em que ocorrem, podem “originar múltiplos resultados linguísticos, desde a morte de línguas até à criação de novas línguas, passando por situações intermédias de mixagem, de alternância” (Motta 1996:524).

⁴ Para informações mais específicas veja-se Appel / Muysken (1996), Romaine (1996) e Motta (1996).

Partindo de elementos históricos da evolução das línguas, por exemplo das românicas, torna-se difícil imaginar que uma língua é de tal modo auto-suficiente que não necessita, em determinado momento da sua evolução, importar léxico de outra língua; no entanto, ainda que as palavras se possam importar com grande liberdade, esta importação não se faz de ânimo leve uma vez que é possível determinar com alguma exactidão os condicionantes sociais e culturais que obrigam à importação (Appel / Muysken 1996: 247).

Em relação ao léxico, Hermann Paul, estudioso de transição do séc. XIX para o XX, lembra que “a necessidade é o primeiro motivo da adopção de palavras de origem estrangeira. De acordo com isso, adoptam-se palavras para conceitos para os quais falta ainda uma designação na língua materna” (Paul 1970: 441).

Rodrigues Lapa acrescenta que “a história das palavras é muito caprichosa, também está sujeita a modas passageiras, mas quase se pode garantir que a maioria delas subsistirá” (Lapa 1984: 53) e, por seu turno, Serafim da Silva Neto afirma que “a vida social oscila entre a imitação dos antigos e a difusão das inovações” (Neto 1992: 30).

Deste modo, o vocabulário importado no tempo dos descobrimentos é absolutamente necessário para nomear as novas realidades com as quais se contacta, na sua maioria, desconhecidas até então da Europa e poder-se-á asseverar que, não apenas esse léxico, como todo o importado posteriormente de línguas europeias, se mantém quase na totalidade na língua portuguesa.

Hoje em dia, tendo em conta o seu conhecimento implícito, qualquer falante de qualquer língua parece capaz de fazer asserções sobre o vocabulário recentemente importado que utiliza no seu dia-a-dia, sem que seja necessariamente um especialista em linguística e muito menos em história da língua. Em relação aos falantes do português, é frequente que estes sejam conscientes do facto de a maior parte do vocabulário relacionado com a informática e todo o vocabulário referente aos desportos radicais, tão em voga, ter dado entrada há relativamente pouco tempo via inglês. Todos os portugueses que compram um computador pedem que se lhes instale o *software*, falam de *hardware* e de CPU (*Central Processing Unity*) e não de UCP (Unidade Central de Processamento). No que toca aos desportos radicais, todos os anos se realiza em terras lusas uma das provas do campeonato internacional de *Surf* e do de *Windsurf* e, na época balnear, os portugueses estão habituados a partilhar as praias não só com os *surfistas* e *windsurfistas*, mas também com os praticantes de *bodyboard* e a ouvir em certas estações de rádio se o mar está *flat* ou não. Cada vez mais se pratica, por exemplo, *bungee jumping*, *jumping*, *rappel*, *rafting*, *mountain bick* ou *moto-cross*.

Ainda muitos portugueses, no momento do uso, associam palavras como *abajur*, *carpete*, *controle*, *equipe*, *omelete* ou *maquete*, a título de exemplo, ao francês de

onde foram importadas, embora algumas já se encontrem aportuguesadas e dicionarizadas como *controllo*, *equipa*, *omeleta* e *maqueta*. Contudo, é bastante provável que dentro de cem anos os falantes percam a noção da origem quer destes galicismos, quer daqueles anglicanismos, tal como aconteceu com *barão* ou *massacre*, galicismos entrados no século XIX, tal como aconteceu com *ocular*, cultismo latino recuperado pelos homens da renascença, ou com *bule* do malaio, ou, também, com *garçon*, do francês e usado na Lírica Trovadoresca galego-portuguesa com o sentido de homem vil e posteriormente reimportado no século XIX com o sentido de rapaz que serve à mesa, entre muitos exemplos que poderiam ser citados.

Efectivamente, a língua comum aos dois reinos do oeste peninsular, o galego-português, recebe desde muito cedo influências de outras línguas, sobretudo do provençal e da langue d'oïl. Influências transpirinaicas estas que surgem graças às peregrinações a Santiago de Compostela, devido ao grande número de Ordens Religiosas franciscanas que se instalam em ambos os reinos aquando da reconquista, pelos contactos directos por motivos literários, nomeadamente com a Provença e, ainda, no caso específico de Portugal, devido à influência da corte de Borgonha⁵.

Não descurando a importância do período medieval no processo evolutivo dos primeiros séculos de afirmação da jovem língua, mas excluindo de imediato uma análise aprofundada nestas páginas, cujo objectivo é abordar a expansão lexical no tempo dos descobrimentos, no que se refere ao período aqui abordado, há que ter em conta que, imediatamente após o início da expansão marítima, genoveses, venezianos e catalães chegam a Portugal a convite do Infante D. Henrique⁶, visto que os seus conhecimentos cartográficos são imprescindíveis para a cartografia dos novos territórios descobertos, tornando-se, em troca da sua sabedoria, os responsáveis pela comercialização dos primeiros produtos da costa ocidental de África considerados válidos para comércio.

⁵ Talvez valha a pena recordar que o pulsar cultural medieval da Península Ibérica se encontrava no noroeste, nos territórios compreendidos pela Galiza e Alto Minho e que Santiago de Compostela era, nesse tempo, um dos locais de peregrinação mais importantes da Europa, juntamente com Roma, Cantuária e o Monte de Saint Michel e, também, que devido à ascendência do Conde D. Henrique se fomentaram os laços de amizade entre a corte de Portugal e da Borgonha.

⁶ Um dos cartógrafos mais importantes que colabora com a Escola de Sagres, embora por pouco tempo, é o maiorquino Jafudá Cresques, autor do *mapa mundi* mais antigo até hoje conhecido. Outro nome importante é o do navegador genovês António da Noli, responsável pela descoberta do arquipélago de Cabo Verde em 1460.

Assim, parece poder afirmar-se que a ampliação vocabular da língua portuguesa tem o seu início mais explícito no momento em que chegam a Portugal mercadores e cartógrafos genoveses, venezianos e catalães que participam no sonho português com os seus conhecimentos da arte de navegar e de cartografar⁷ e que, por isso mesmo, nos legam inúmeros vocábulos fruto da sua experiência.

No que se refere ao estudo do léxico importado no período das descobertas, ao consultar um dicionário etimológico, é frequente verificar-se que os estudiosos se apegam às datas da primeira atestação dos vocábulos em documentos da época, mas, na realidade, apesar de se verificar um crescente empenho em trabalhar esses textos, ainda escasseiam estudos sobre textos quinhentistas, seiscentistas e setecentistas que analisem quer o novo vocabulário usado por esses autores, quer a origem desses vocábulos.

No entanto, no caso particular do léxico em análise nestas páginas, não parece plausível que a sua difusão se tenha feito exclusivamente graças aos escrivãos do império que, de longínquas paragens, nomeavam as novas realidades e as enviavam ao seu soberano. Se bem que esses textos sejam primordiais para a história da língua e contenham descrições dos usos e costumes dos povos, assim como bastante vocabulário desconhecido para a época, não deve esquecer-se que os novos produtos chegavam à metrópole já nomeados pelos intermediários régios que os compravam, tendo chegado até aos dias de hoje glossários que o confirmam⁸, pelo que quando surgem os primeiros textos com atestações lexicais novas é provável que quase todos, se não todos, os termos relacionados com os produtos comercializados já se encontrassem largamente difundidos e fossem usados quotidianamente pelos portugueses quinhentistas, seiscentistas e setecentistas, isto é, pelos marinheiros e pela gente residente na metrópole.

A corroborar esta ideia surge o facto de, quando os portugueses se lançam na aventura ultramarina, uma parte dos produtos orientais que pretendem comercializar ser já de há longa data do conhecimento dos Europeus através da Rota da Seda, explorada sucessivamente por romanos, árabes e genoveses e venezianos.

⁷ Lembre-se que genoveses e venezianos, ao imiscuirem-se nas rotas comerciais do Mediterrâneo, desstituem os árabes do monopólio comercial que haviam mantido durante séculos e passam a dominá-las. A expansão comercial de Génova e Veneza durante os séculos XIII e XIV marca profundamente a Europa com a introdução de vocabulário relacionado com a navegação, comércio e banca (veja-se Lüdtke 1974).

⁸ A título de exemplo, o glossário intitulado *Esta he a linguagem de Calecut* apresentado e comentado por Machado (1995: 191-204).

Assim, os portugueses partem “simplesmente” em busca dos produtos mais cotados no mercado europeu tais como:

Produto	Origem
cobre	latim (CUPRU-)
gengibre	latim (ZINGIBERU)
ouro	latim (AURU-)
noz moscada	latim (NUCE MUSCATA) ⁹
pimenta	latim (PIGMENTA)
prata	latim (*PLATTA) ¹⁰
safiras	grego → latim (SAPPHIRUS)
seda	latim (SAETA)
açúcar	árabe (AS-SUKKAR)
algodão	árabe (AL-QUTUN)
chamalote	francês ¹¹ → Português
rubis	latim (RUBEUS) → catalão → Português ¹²
canela	italiano → francês → Português
porcelana	chinês → italiano → Português
cravo	incerta ¹³

Embora se venha a verificar a adopção de numerosos vocábulos não apenas referentes às especiarias e à área comercial.

2.1. Novamente o árabe

Apesar de os árabes haverem estado na Península Ibérica durante alguns séculos, dependendo da região, e haverem legado aos seus habitantes um infindável número de vocabulário relacionado com as mais diversas áreas, em especial referente à agricultura¹⁴, os portugueses voltariam a contactar com a cultura muçulmana não

⁹ Étimo apresentado por Aurélio (1999).

¹⁰ Em Ferreira (1997: 24) ao passo que Aurélio (1999) aponta como étimo PLATA do baixo latim.

¹¹ Talvez da langue d’oc.

¹² O seu étimo é, quer segundo Aurélio (1999), quer segundo Cunha (1992), RUBINU do latim medieval. Para Cunha (1992) a palavra entra na língua via catalão ou via francês, mas para Machado (1991) a palavra tem origem no Provençal.

¹³ Tendo em conta a sua forma, talvez possua este nome por analogia com a forma do *cravo* (prego). Nesse caso, poderia possuir como étimo CLAUU.

¹⁴ O legado cultural árabe à Península Ibérica talvez seja, hoje em dia, um dos campos mais estudados no âmbito da história da língua a par do legado romano.

apenas no Norte de África, onde conquistam algumas praças, mas também em toda a Costa Oriental e na Costa do Malabar, onde dominavam as rotas comerciais marítimas.

Devido a estas relações, nem sempre amistosas, pois os árabes não estavam dispostos nem a deixar conquistar as suas praças que continuavam a ser importantes entrepostos comerciais no Mediterrâneo, nem a perder a hegemonia sobre o monopólio das rotas comerciais do Índico, os portugueses importam vocabulário dos mais diversos âmbitos.

É de salientar que o léxico entrado na língua, fruto dessas relações, é, na sua maioria, de origem persa, surgindo, também, vocábulos de origem turca e oriental; porém, os homens quinhentistas decalcam, da palavra árabe, a forma a usar no português.

Alguns exemplos são:

Palavra	Origem
anil	persa → árabe → português
arroz	árabe → português
azulejo ¹⁵	árabe → árabe hispânico → português
bazar ¹⁶	persa → árabe → português
bazaruco	persa → português
bei ¹⁷	turco → português
benjoim	árabe → português
cabaia	persa → árabe → português
carmesim	persa → árabe → árabe hispânico → português
ceroulas	árabe → português
faquir	árabe → português
gazela	árabe vulgar → português
girafa	árabe → italiano → português

¹⁵ Apesar de a técnica do azulejo ter sido introduzida na Península Ibérica aquando da invasão muçulmana, apenas o sul de Espanha manteve a tradição. Em Portugal, a tradição de revestimentos a azulejo só foi recuperada a partir do séc. XV e a produção só se iniciou no séc. XVI. Durante um século compravam-se os azulejos em Sevilha e em Talavera.

¹⁶ Segundo Cunha (1992) a palavra possui dois significados ambos de origem persa. Actualmente, os jovens utilizam a palavra com o significado de 'escapular-se'. Segundo Aurélio (1999) esta nova acepção será de origem angolana e, efectivamente, o sentido de 'escapular-se' entrou na língua portuguesa, variante do continente europeu, após os fluxos migratórios dos anos oitenta.

¹⁷ Título dos oficiais superiores e altos funcionários otomanos.

Palavra	Origem
horda ¹⁸	turco → português
jasmim	persa → árabe → francês → português
laca e lacre	sânscrito → persa → árabe → português
mameluco ¹⁹	árabe → português
resma	árabe → português
salamaqueque ²⁰	árabe → português
sultão ²¹	árabe → português
tafetá	persa → francês → português ²²
tâmara	árabe → português
tufão ²³	chinês → árabe → português
tulipa	turco → português
turbante	persa → turco → italiano → português
xá	persa → português
zarabatana	persa → árabe vulgar → português

2.2. Do médio e extremo Oriente

Da longa permanência portuguesa e dos contactos estabelecidos com diversas culturas dravídicas da costa do Malabar²⁴, com as culturas malaia, chinesa e japonesa, os portugueses não importam apenas vocabulário relacionado com os produtos

¹⁸ Segundo Cunha (1992) a palavra encontra-se atestada pela primeira vez em 1651 na obra *História Universal* de Fr. Manuel dos Anjos. A grafia actual da palavra deve-se à sua reentrada na língua via francês.

¹⁹ O sentido original do vocábulo era o de ‘escravo’. A partir do séc. XVII passou a designar os filhos de índios com brancos.

²⁰ Em árabe significa a “paz esteja contigo” e já no séc. XIX a palavra possuía o significado de ‘saudação’ / ‘cumprimento exagerado’.

²¹ O termo foi introduzido na língua logo no séc. XIII, mas a sua utilização só se difundiu após a chegada dos portugueses à Ilha de Moçambique.

²² Embora segundo Cunha (1992) a palavra já se encontre atestada em português no séc. XVI.

²³ Aurélio (1999) e Cunha (1992) consideram que a palavra, se bem que de origem chinesa, entra via árabe. Apenas Machado (1991 e 1998: 49) considera que entra directamente do chinês.

²⁴ A realidade linguística da Índia é bastante complexa uma vez que se encontram, *grosso modo*, no sul línguas dravídicas, no centro o marata, sendo o hindustani, de origem persa, a língua mais falada a par do inglês que funciona, actualmente, como língua oficial. Assim, na costa do Malabar os portugueses contactaram não só com línguas dravídicas como o malabar, o tâmul, o telinga, o canarim, o malaiala e o tulo, mas também com a língua da Índia central, o marata.

comercializáveis, mas também algum léxico referente a outras áreas, salientando-se os contactos linguísticos com o Malaio, a língua oriental que mais contribuiu para a ampliação vocabular do português.

2.2.1. Do malaiala:

Palavra	Palavra
andor (sânscrito → malaiala → português)	areca ²⁵
bétel ou bétele	canja ²⁶
caxemira ²⁷	chatim
chita	corja ²⁸
jaca ²⁹	jangada (sânscrito → malaiala → português)
manga ²⁹ (tâmul → malaiala → português)	pagode ³⁰
rajá ³¹	samorim
teca	

2.2.2. Do tâmul:

Palavra	Palavra
catamarã	pária ³²

²⁵ Em relação à fauna e à flora é de salientar que todas as espécies conhecidas se encontram taxilogadas com vocábulos latinos mesmo que o étimo do seu nome corrente esteja em qualquer das línguas com que os europeus contactaram.

²⁶ No séc. XVI designava apenas arroz com água.

²⁷ O tecido recebe o nome do topónimo da cidade onde é fabricado em maior quantidade.

²⁸ No malaiala significa enfiada ou ramada, mas a palavra evoluiu semanticamente para multidão de pessoas desprezíveis.

²⁹ Os portugueses, tal como aconteceu com a cana do açúcar, são responsáveis pela introdução quer da jaqueira quer da mangueira no Brasil, onde as espécies se adaptaram sem dificuldades ao clima.

³⁰ Actualmente, a palavra é utilizada não só para designar os templos orientais, nomeadamente chineses, japoneses e birmaneses, mas também com o sentido de brincadeira, pândega.

³¹ Não deixa de ser curioso que durante muitos anos em Portugal se utilizasse esta palavra para designar o actual gelado e nunhum dos dicionários da língua portuguesa se refira a esse facto.

³² No sistema hindu, designa os indivíduos pertencentes às castas mais baixas e privadas de quaisquer direitos, no entanto, na língua portuguesa, a palavra é usada, sobretudo, para referir os excluídos da sociedade.

2.2.3. Do marata:

Palavra	Palavra	Palavra
bengala ³³	bogari ³⁴	jambo

2.2.4. Do malaio:

Palavra	Palavra	Palavra
ailanto	amouco	babirusa ³⁵
beliche ³⁶	beriberi	bule
cacatua	cananga	cassa
casuar	chávena	China
juncos ³⁷	lancha	mandarim
mangostão	orangotango	pândan
pangolim	papua	pires
rotim ou rota	sagu	salangana
tael	varela	veniaga

2.2.5. Do chinês³⁸:

Palavra	Palavra	Palavra
canga ³⁹	chá	charão
ganga ⁴⁰	leque	

³³ Do topónimo Bengala, onde se fabricava um tecido de seda e lã trazido para a Europa.

³⁴ A origem da palavra parece bastante controversa. Cunha (1992) informa que a sua origem é o concani-marata, derivada do sânscrito. Aurélio (1999) indica apenas a sua derivação do sânscrito para o concani. Mas, Machado (1998: 50) não tem dúvidas em indicá-la como de origem marata.

³⁵ Segundo Cunha (1992) só a partir de 1858 o animal é sobejamente divulgado na Europa, no entanto, já em 1561, Gabriel Rebelo informa da existência de um porco ao qual nascem chifres.

³⁶ A sua origem é obscura para Cunha (1992) que, mesmo assim, propõe com hesitações o malaio. Machado (1998: 50) não hesita em considerá-lo malaio.

³⁷ Referente a uma embarcação, pois a planta possui um étimo de origem latina.

³⁸ Ao falar-se de chinês há que ter em conta que o mosaico linguístico não corresponde ao território político, pois sob a égide política da China agrupam-se, pelo menos, cinco línguas distintas: chinês, tibetano, birmanês, manchu e mongol. Assim, o vocabulário de origem chinesa será seguramente da região costeira do Mar da China com a qual os portugueses mantiveram contacto.

³⁹ No sentido de jugo usado para prender os bois pelo pescoço e ligá-los ao arado a palavra é de origem celta, todavia, a um instrumento de tortura utilizado pelos chineses foi dado o nome de canga, talvez por influência do jugo dos bois.

⁴⁰ Quer para Machado (1998:49), quer para Cunha (1992) o tecido é originário da china e, consequentemente, o seu étimo. Contudo, a palavra possui outros significados cada um deles de origem diferente e, curiosamente, pode ser também sinónimo de canga.

2.2.6. Do japonês:

Palavra	Palavra	Palavra
biombo	bonzo	catana
quimono	xintó ⁴¹	xogum

2.3. Tupinismos e africanismos

Tal como ficou referido atrás, no ponto 1, os portugueses só voltaram o olhar para África aquando da necessidade de mão-de-obra escrava para trabalhar nas roças, pelo que, apesar dos contactos culturais e comerciais já existentes entre portugueses e africanos, dos quais surgem vocábulos relacionados com a flora e a fauna autóctones, a maior parte do vocabulário de origem africana entra na língua portuguesa via Terra de Vera Cruz.

Convivendo tupinismos, africanismos e português num mesmo território, seria de esperar a enorme importância daqueles para a ampliação lexical do português, contudo, verifica-se que o contributo dos africanismos para a ampliação vocabular do português parece ter sido mínimo, sobretudo se comparado com o contributo dos tupinismos. Menor se torna esse contributo se comparadas a variante do português do Brasil e a do de Portugal, não deixando de ser curioso que muito do vocabulário de origem africana usado no Brasil é desconhecido dos portugueses ou está em fase de entrada na língua via telenovela.

De salientar é, também, o facto de, mesmo no Brasil, os tupinismos estarem presentes na toponímia, na antroponímia, na fauna e na flora, ao passo que os africanismos se encontram, principalmente, ao nível das crenças religiosas, mantidas na obscuridade durante séculos pelos escravos.

2.3.1. Tupinismos

a) Topónimos		
carioca	Ceará	Ipanema
Maracanã	Maranhão	Niterói
Paraíba	Pernambuco	Tijuca

⁴¹ Desta palavra deriva xintoísmo.

b) Antropónimos, conhecidos actualmente em Portugal através das telenovelas

Iraci Moema	Jacira	Jurema
----------------	--------	--------

c) Flora

abacaxi cajá cipó mandioca pitanga	ananás caju jacarandá mangaba tapioca	aipim capim jenipapo maracujá
--	---	--

d) Fauna

arara jaguar piranha saguim tatu	capivara jararaca ⁴² piripiri ⁴³ sucuri tucano	jacaré jibóia sabiá tamandúá urubu
--	--	--

e) Vocábulos relacionados com a vida quotidiana

típoia		
--------	--	--

2.3.2. Africanismos

Palavra	Origem	Palavra	Origem
banana ⁴⁴ batuque	ioruba ⁴⁵	banza berimbau ⁴⁶	quimbundo

⁴² A palavra é reconhecida em Portugal por influência das telenovelas e pelo uso que aí lhe é dado de pessoa má.

⁴³ Diferente da malagueta da Guiné.

⁴⁴ A palavra é seguramente de origem africana, no entanto, os investigadores não propõem uma língua específica.

⁴⁵ Apenas Cunha (1992) sugere a sua origem.

⁴⁶ Cunha (1992) sugere que o vocábulo talvez seja de origem africana. Machado (1998:49) indica-o como africanismo e Aurélio (1999) indica-o como quimbundismo.

Palavra	Origem	Palavra	Origem
bunda	quimbundo	cachimbo	quimbundo
cacimba	quimbundo	caçula ⁴⁷	quimbundo
candomblé	ioruba	capanga ⁴⁸	
carimbo	quimbundo	iemanjá	ioruba
inhame ⁴⁹		ioruba	ioruba
liamba ⁵⁰		lundu ⁵¹	
macaco		marimba	quimbundo
macumba	quimbundo	mandinga ⁵²	mandinga
maxixe	quimbundo	mocambo	quimbundo
molambo	quimbundo	moleque ⁵³	quimbundo
moqueca ⁵⁴	quimbundo	muamba ⁵⁵	quimbundo
ogum	ioruba	orixá	ioruba
quilombo	quimbundo	quimbundo	quimbundo
quitanda	quimbundo	quizila	quimbundo
samba ⁵⁶		soba	quimbundo
tanga	quimbundo	zumbi	quimbundo

2.4. Vocábulos ameríndios entrados através do espanhol

Muito embora os manuais de História nos tenham feito crer que os reinos da Península Ibérica, nomeadamente Portugal e Castela, sempre viveram de costas voltadas, tal parece não ter-se verificado exactamente desse modo. Por um lado, não podem ignorar-se as alianças conseguidas através do casamento de príncipes de um e outro lado. Por outro lado, uma parte da literatura quinhentista e seiscentista é, também, exemplo da união ibérica de então.

⁴⁷ O vocábulo é usado apenas no Brasil para designar o irmão ou irmã mais novos.

⁴⁸ É seguramente de origem africana, mas os autores não indicam qualquer língua.

⁴⁹ Cunha (1992) e Machado (1998: 49) afirmam que são africanos, mas não propõem nenhuma língua. Aurélio (1999) indica como possível origem o ioruba ou o mandinga.

⁵⁰ Apenas Aurélio (1999) afirma que o vocábulo é de origem quimbunda. Os restantes autores referem simplesmente que é africano e não apontam qualquer língua.

⁵¹ Segundo todos os autores a palavra é seguramente africana, mas é impossível determinar a língua de precedência.

⁵² Dialectalmente, no Alentejo, a palavra é usada com o sentido de 'bruxedo'.

⁵³ A palavra é usada apenas no Brasil com o sentido de criança e, actualmente, chega a Portugal via televisão.

⁵⁴ Termo usado unicamente no Brasil.

⁵⁵ Termo usado unicamente no Brasil.

⁵⁶ Apenas Aurélio (1999) indica como possíveis origens do vocábulo o quimbundo ou o umbundo. Os restantes autores indicam unicamente a sua origem africana.

A unificação das coroas, entre 1580 e 1640, não só reitera o facto de existirem relações entre ambos os reinos, como permitiu a entrada de inúmeros vocábulos de origem ameríndia, nomeadamente das línguas com as quais os castelhanos contactavam, na Língua Portuguesa.

Palavra	Origem	Palavra	Origem
abacate	nauatl	alpaca	quíñhua
anágua	taíno de S. Domingos	batata	taíno das Antilhas
cacau	nauatle	cacique	taíno de S. Domingos
caimão ⁵⁷		canibal ⁵⁸	
canoa	aruaque	chácara ⁵⁹	quíñhua
chocolate	azteca	coiote	nauatle
condor	quíñhua	furacão	taíno das Antilhas
galpão	azteca	guano	nauatle
nopal	nauatle	papaia ⁶⁰	taíno das Antilhas
periquito ⁶¹		puma	quíñhua
tabaco ⁶²		tomate	azteca
vicunha	quíñhua	xícara	nauatle

3. Conclusão

Infelizmente muito fica por dizer até porque muito está ainda por fazer em relação ao léxico que deu entrada na língua durante a diáspora portuguesa.

Por um lado, muito do vocabulário importado durante os séculos XV e XVI foi introduzido nas línguas europeias dos países dos quais Portugal dependia economicamente ou por lhes vender a matéria-prima e lhes comprar os produtos transformados, como é o caso da França, ou que nos vendiam as embarcações de que

⁵⁷ Segundo Aurélio (1999) a palavra poderá ter origem no taíno.

⁵⁸ A primeira atestação do termo encontra-se na carta de Colombo após chegar às Antilhas. Aurélio (1999) sugere que a palavra pode ser originária das Caraíbas e Cunha (1992) que talvez seja um etnónimo caribenho.

⁵⁹ O termo é utilizado apenas no Brasil para designar uma pequena propriedade campestre. Em Portugal entra via telenovela.

⁶⁰ No Brasil, dada a sua semelhança com um seio, o fruto é conhecido como mamão.

⁶¹ Origem incerta.

⁶² Origem incerta.

necessitávamos para progredir na exploração marítima, como é o caso da Holanda. Perdida a hegemonia portuguesa, no século XVIII, e tornando-se a Inglaterra e a França os países dominantes, o primeiro economicamente e o segundo dando início ao seu auge cultural, algum do léxico introduzido anteriormente nessas línguas volta a dar entrada no português, como é o caso, por exemplo, de China e de chinês, documentados no século XVI como reino de *Xin* e os *Xins* e que no século XIX passam a China e chinês, por influência directa do francês, resultando, por isso, quase impossível, se não totalmente impossível, restabelecer o percurso de todo o vocabulário importado pelos portugueses que se encontra nessa situação, devido à morosidade da investigação ou devido à inexistência de provas.

E por outro lado, visto que a maioria dos estudos até ao momento realizados não só provém do Brasil, como contempla apenas essa variante do português, incidindo quase exclusivamente nos tupinismos e nos africanismos, relacionados com cultos religiosos usados além Atlântico, constatando-se que, hoje em dia, ambos estão, indubitavelmente, a dar as primeiras entradas na variante do continente europeu através das telenovelas brasileiras ou via comercialização de produtos tropicais tão em voga nos nossos dias, de que são exemplos inegáveis: *caçula* ou *moleque* e *aipim*.

Deste modo, quaisquer asserções acerca do contributo dos descobrimentos na ampliação vocabular do português se tornam susceptíveis de questionação.

Terminaria com as sábias palavras de Serafim da Silva Neto:

“De todos os bens que nos transmitiram os antepassados, do jogo complexo de usos e costumes que constituem a herança social, nenhum é tão expressivo quanto a língua. Nenhum tem mais largo emprego, nenhum penetra mas profundamente.

Trazemos o nosso idioma nos ossos, no sangue e na carne. Ele constitui o mais solidamente resistente dos fenômenos sociais, de certo porque é também a mais perfeita arte que conhecemos, obra monumental e inconsciente de gerações anônimas.

Tão intimamente ligado está aos homens que o falam, que lhes segue o destino, acompanhando-lhes as vicissitudes da vida. Não estranha, pois, que a língua fielmente haja seguido, passo a passo, a maravilhosa expansão portuguesa” (Neto 1992: 427).

Eu gostaria de interpretar esta maravilhosa expansão como a da própria língua.

Referências bibliográficas

- Appel, R. / Muysken, P. (1996): *Bilingüismo y contacto de lenguas* (Barcelona: Ariel).
- Aurélio (1999): *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira).
- Cunha, A. Geraldo da (1998): *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira).
- Motta, M. A. Coelho da (1996): “Línguas em contacto”, em Faria, I. Hub / Pedro, E. Ribeiro / Duarte, I. / Gonveia, C. A. M. (orgs.): *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*: 505-533 (Lisboa: Caminho).
- Ferreiro, M. (1997): *Gramática histórica galega*. Vol. II. *Lexicoloxía* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- Lapa, M. Rodrigues. (1984): *Estilística da Língua Portuguesa* (Coimbra: Coimbra Editora).
- Lopes, D. (1969): *Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII* (s / l: Portucalense Editora).
- Lüdtke, H. (1974): *Historia del léxico románico* (Madrid: Gredos)
- Machado, J. P. (1991): *Dicionário da Língua Portuguesa* (Lisboa: Círculo de Leitores).
- Machado, J. P. (1995): *Ensaio Literários e Linguísticos* (Lisboa: Notícias).
- Machado, J. P. (1998): *Palavras a Propósito de Palavras* (Lisboa: Círculo de Leitores).
- Neto, S. da Silva (1992): *História da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Dinalivro / Presença).
- Paul, H. (1970): *Princípios Fundamentais da História da Língua* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian).
- Romaine, S. (1996): *El lenguaje en la sociedad, una introducción a la sociolingüística* (Barcelona: Ariel).